

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Julia Silva Carneiro

**CARTOGRAFIA DO CONCEITO DE NECROPOLÍTICA  
NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientadora: Christiane Jalles de Paula

Juiz de Fora  
2022

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, JULIA SILVA CARNEIRO, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201972055A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **CARTOGRAFIA DO CONCEITO DE NECROPOLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS**, desenvolvido durante o período de abril/2022 a agosto/2022 sob a orientação de CHRISTIANE JALLES DE PAULA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**JULIA SILVA CARNEIRO**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

**OBSERVAÇÃO:** esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# CARTOGRAFIA DO CONCEITO DE NECROPOLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Julia Silva Carneiro

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo apresentar os usos do conceito de necropolítica pelas Ciências Sociais Brasileiras antes, durante e pós pandemia da Covid-19. Este conceito foi formulado pelo filósofo Achille Mbembe e no Brasil tem sido mobilizado e debatido, sobretudo nas análises de governos, governantes e de políticas públicas (ou a ausência delas). No contexto da pandemia de coronavírus iniciado em 2019, “necropolítica” foi o conceito mobilizado para a explicação dessas análises em inúmeros artigos, reportagens, ensaios e outros documentos. Neles, o conceito faz referência a um fenômeno novo entre nós. Mas, será mesmo que “necropolítica” pode ser considerada uma novidade, ou essa explicação já estava na literatura das Ciências Sociais e apenas ganhou mais destaque durante a pandemia?

**PALAVRAS-CHAVE:** Necropolítica. Pandemia. Covid-19. Governo. Ciências Sociais. Brasil.

## 1. INTRODUÇÃO

Achille Mbembe, filósofo camaronês, conquistou e vem ganhando grande popularidade no Brasil entre estudiosos das mais diversas áreas. Uma de suas contribuições é o famoso ensaio “Necropolítica”. Nele Achille cunha o conceito que dá título ao texto cuja reflexão associada a outros tais como: “biopoder”, “soberania”, “estado de exceção” e “política da morte”. Faz-se necessário destacar que, embora Mbembe o tenha abandonado nas suas obras posteriores, o conceito foi amplamente apropriado e tornou-se um dos mais usados no debate público. Num diálogo com Michel Foucault, Mbembe tensiona a perspectiva de poder e de soberania que marca a modernidade para além do monopólio da força física e reitera a noção de biopoder, mas o faz a partir de novos contornos. Para Mbembe matar ou deixar viver constituem os limites e atributos fundamentais da soberania. Vale destacar que a necropolítica de Mbembe não é uma continuidade da noção de biopolítica, elaborada por Michel Foucault. A inserção de Foucault se faz necessária na medida em que Mbembe se apoia nas críticas do filósofo francês quanto à noção de soberania e sua relação com a guerra e com o biopoder<sup>1</sup>.

Para compreendermos os motivos pelos quais levaram os estudiosos, das mais diversas áreas do conhecimento a interpretar algumas situações, casos e, principalmente, o contexto pandêmico no Brasil a luz do conceito de necropolítica, se faz necessário a compreensão da historicidade própria do conceito, desde sua origem a partir da experiência política e cultural de um povo específico à sua apropriação pelas Ciências Sociais. Analisaremos também como o conjunto de ideias apresentadas por Mbembe foi usado para explicar o Brasil contemporâneo.

## 1. BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA: “VIDAS” EM QUESTÃO

Considerado um dos mais importantes pensadores do século XX, o francês Michel Foucault, exerce influência sobre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, como filosofia, sociologia,

---

<sup>1</sup> Como expressamente pontua Mbembe: “Minha abordagem é baseada na crítica de Michel Foucault à noção de soberania e sua relação com a guerra e o biopoder em “Il faut défendre la société” (MBEMBE, 2018, p. 6)

história, psiquiatria, dentre outras. Elaborado pelo autor na década de 1970, o termo biopolítica representa uma das mais notáveis colaborações foucaultianas para o pensamento crítico no século XX. O termo biopolítica é definido pela filósofa francesa Judith Revel (2005, p. 26) como:

a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica - por meio dos biopoderes locais - se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas.

Desta forma, a biopolítica está relacionada à existência de um poder que atua sobre a vida através dos corpos dos indivíduos, por meio de técnicas disciplinares visando torná-los produtivos e, ao mesmo tempo, politicamente mais fragilizados. De outro lado, essa mesma biopolítica está voltada para o controle da população, centrada no controle da vida do homem enquanto espécie. A função geral da biopolítica no dizer de Foucault é “fazer viver e deixar morrer”. Mas, afinal, sob qual momento a noção de biopoder do filósofo francês adquire espaço e torna-se presente no contexto de necropolítica criado por Achille?

A necessidade de Achille, após apresentar uma leitura alternativa sobre a soberania, o sujeito e a morte, é relacioná-la com uma interpretação social apta a demonstrar como os mecanismos de poder podem separar diferentes sujeitos, diferentes corpos, de tal maneira que alguns possam ser designados como potenciais mortos, passíveis da morte, enquanto outros devem ter sua existência preservada, logo, Mbembe amplia e evolui a teoria foucaultiana no sentido de transformar-se em realidade necropolítica. Em seus estudos, Achille justifica essa teoria ao relacioná-la a determinadas problemáticas observadas em países que sofreram processos de colonização, como regime de escravidão e dominação por parte dos seus exploradores, principalmente, no continente africano e americano.

O texto que leva o nome do conceito, "Necropolítica" é um ensaio inquietante e pujante no que diz respeito, não apenas a uma retomada atual do pensamento de Michel Foucault, mas à construção de ferramentas epistemológicas e metodológicas que nos permitem ler e analisar fenômenos contemporâneos marcados pelas opressões e violências, marcadas pelo racismo. Logo no início do ensaio, Mbembe expõe qual é noção de soberania foco em sua argumentação:

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. Tais formas de soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o domos do espaço político que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão, a verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte (Mbembe, 2017, p. 11).

Nesse sentido, a escravidão ou o processo escravocrata, na forma como toma Achille Mbembe, constituiu “[...] umas das primeiras instâncias de experimentação biopolítica sendo uma figura emblemática e paradoxal do estado de exceção” (Mbembe, 2017, p. 27). Ou seja, percebemos que as nações que passaram pelo processo de colonização, que as formas da colônia representaram “[...] o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a 'paz' tende a assumir o rosto de uma 'guerra sem fim’” (Mbembe, 2018, p. 32-33), guerra essa conduzida e legitimada pelo Estado no qual “[...] o direito soberano de matar não

está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer um ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais" (Mbembe, 2018, p. 36).

As guerras assumiram formas atuais e se repetem, diariamente, em diferentes cenários. No Brasil, a necropolítica se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos *apartheids* urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares (Lima, 2017).

## 2. A NECROPOLÍTICA ANTES DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

Muito se tem discutido acerca da importância da intervenção estatal por meio de políticas públicas e qual a sua relevância no cenário desigual figurado em países neoliberais em momentos de crise. A pandemia da covid-19 apresentou-se como verdadeira face da necropolítica onde se pôde observar a subalternização de vidas em prol do capitalismo financeiro.

No cenário nacional, durante diversos momentos da história discursos políticos foram responsáveis por tirar a humanidade de grupos sociais, um desses momentos foi a Ditadura Militar ocorrida no Brasil durante os anos de 1964-1985, que resultou na morte e no desaparecimento de centenas de pessoas por divergências ideológicas e políticas. Pode-se citar ainda, como fator primordial para diversas desigualdades, os trezentos anos da escravidão, quando os negros não eram vistos como seres humanos, mas sim como mercadoria, tudo em vista da cor da pele.

A continuidade na marginalização de pessoas, ainda hoje fomenta discursos para os quais vida e morte é um atributo do Estado, que, nesse caso, faz morrer. É com base nisso que a literatura das Ciências Sociais brasileiras se apropria do conceito de necropolítica para explicar o fato de que vidas podem ser tiradas pelo Estado. As querelas em torno do conceito remetem a um contexto mais amplo do debate acadêmico que não possuem relação alguma com a pandemia da Covid-19: foram encontrados, aproximadamente, 55 artigos dando enfoque na necropolítica observada e analisada em diversos pontos e contextos da sociedade brasileira.

A exemplo pode-se citar a guerra às drogas promovida pelo Estado que para combater a criminalidade instituiu uma cultura de morte voltada para os subalternos dessa sociedade.

Emblemático é o uso da necropolítica para explicar o sistema carcerário brasileiro. A socióloga Dillyane de Souza Ribeiro publicou o artigo intitulado "Rebelião das Mães. Ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes", no qual discorre sobre a sua pesquisa de mestrado na Escuela de Estudios de Género da Universidad Nacional de Colombia no diálogo dos conceitos de trabalho e de ética do cuidado com a experiência da maternidade de mulheres negras diante do encarceramento de seus filhos. No referido artigo, há a reconstrução de relatos biográficos por meio de entrevistas em profundidade com participantes do Grupo de Mães e Familiares do Socioeducativo do Ceará. São analisadas práticas e afetos implicados nas atividades de negociação e denúncias, protagonizadas por mães ante o poder necropolítico operado no encarceramento de adolescentes nas unidades de internação do Sistema Socioeducativo em Fortaleza, capital do Ceará. Rebeliões, fugas, superlotação, escassez de alimentos, de água, roupa, colchões e relatos de tortura, são apontados pela autora como fatores frequentes em casas de internação socioeducativas, que na maioria das vezes, levava à morte de jovens, em sua maioria negros e periféricos. Em uma passagem do artigo, a autora afirma que "os filhos e filhas de mulheres negras são suscetíveis à violência (como vítimas e agressores), resultado de uma possível integração negra na sociedade brasileira." (Ribeiro, 2020, p. 269). Com esse conceito, Dillyane busca tornar visível a contribuição social, cultural e emocional das mulheres negras à resistência para transcender o massacre dos corpos negros no país, em sua maioria adolescentes considerados inimigos do Estado.

Seguindo por esse mesmo caminho, em que a necropolítica é vivenciada por jovens negros de periferia que são constantemente mortos pela polícia por sua cor de pele, e que tornam suas mães, segundas vítimas, temos a resenha “Vozes de uma dor sem nome: necropolítica e maternidade no Brasil”, de Carolina Costa Ferreira. Em uma resenha crítica do texto “Não, ele não está”, escrito pela jornalista e pesquisadora de Direitos Humanos, Máira de Deus Brito, Carolina argumenta que para o Estado os corpos negros são “corpos que podem ser usados para a exploração da “força de trabalho” ou “corpos mutáveis”. (COSTA, p.734). E é nesse contexto, em que inúmeros jovens negros são mortos, tornando o medo dessa perda o cotidiano para inúmeras mães negras nas periferias do país. Para ela, “o Estado brasileiro é uma máquina de guerra, dirigida aos jovens negros e pobres periféricos. Há duas escolhas estatais: a morte ou a prisão” (COSTA, p. 735). É nesse contexto em que a mãe negra precisa se preocupar com a reputação dos filhos, pois se ele é dado como “bandido”, torna-se um indigente, indigno de respostas e explicações. O que faz com que essas mães sejam duplamente vítimas da violência do Estado.

Voltaremos nossa análise para o Sul do país através do artigo intitulado “Nos limites da humanidade: necropolítica, direitos humanos e ilegitimidade estatal no Brasil”, do sociólogo Tiago Lemões. O texto tem como foco principal a necropolítica do Estado frente à população em situação de rua. O autor analisa uma experiência etnográfica envolvendo instituições jurídicas, universitárias e movimentos sociais em torno da investigação da morte de uma pessoa em situação de rua, em Porto Alegre, no contexto da Copa do Mundo FIFA 2014, no Brasil. Segundo Tiago, as populações de rua são “historicamente expulsas do projeto humanista, inferiorizadas, capturadas, condenadas ao extermínio indiferente ou à indiferença própria dos que os promoveram como selvagens e perigosos” (Lemões, 2020), ou seja, um “inimigo”, criado e abandonado pelo Estado, seres humanos que estão em condições de “mortos vivos” e que sofrem total descaso do governo. No referido artigo, Tiago, analisa os mecanismos através dos quais agentes estatais mobilizam regimes para inferiorizar e responsabilizar supostas vítimas de suas ações, racionalizando e, ao mesmo tempo, ocultando insinuações de brutalidade, dor e sofrimento provocados por diferentes formas de violência estatal.

Acompanhando a atuação da PDH no trabalho de coleta de denúncias de violência policial entre pessoas em situação de rua em diversos pontos da cidade, evidenciei a articulação entre garantia discursiva de direitos, autoprodução do Estado (sensível, comprometido e engajado) e a gestão de territórios e populações indesejáveis no espaço público (Lemões, 2017a).

Logo, o “suposto” assassinato de um homem em situação de rua, reflete os mecanismos estatais mobilizados para descartar a culpabilidade dos agentes de segurança pública na reprodução do terror, controle de informações e transfigurações de narrativas de violência em falsidade e intrigas. A morte do morador de rua foi “apagada” e “ofuscada” para não os tornar assassinos.

A partir dos 3 exemplos acima citados, nota-se que a palavra “necropolítica” foi sim utilizada em alguns artigos, ensaios, pesquisas e estudos no geral pelas Ciências Sociais antes da pandemia da covid-19, mas foi com cenário pandêmico que o termo se popularizou.

### **3. A COVID-19 SOB A ÓTICA DA NECROPOLÍTICA NO BRASIL**

A pandemia da Covid-19 anunciou algo nunca vivido na contemporaneidade. Um vírus que cronifica uma série de desigualdades e processos que incidem diferentemente sobre os sujeitos. Diante dos dados estatísticos de mortes, acionamos processos históricos que se atualizam no presente, questionando quem está morrendo e quem já estava marcado para morrer, sob a lógica do racismo de estado e da necropolítica. O racismo de Estado se coloca como um aspecto determinante

no sentido de que a vida do pobre é colocada no topo da lista daqueles que serão descartados pelo Estado<sup>2</sup>.

Quando pesquisamos o termo “necropolítica” nos deparamos com cerca de 40 artigos e pesquisas relacionando o conceito à pandemia da Covid-19 no Brasil. Temos, pois, uma apropriação do termo criado por Achille como uma forma de crítica e explicação para inúmeras ações e políticas públicas criadas pelo governo de Jair Bolsonaro durante o período pandêmico.

No artigo “Entre a política e o necropoder: O lucro durante a pandemia”, Marcelo Herval Macedo e Roberto Barbosa de Moura, iniciam a argumentação através da fala do médico Júnior Durski, durante a pandemia. Para o médico “O Brasil não pode parar por causa de alguns milhares de mortos” (Herval e col.Moura, 2020). A fala de Durski foi instantaneamente associada ao biopoder existente no país e como a necropolítica é capaz de explicá-lo. Além disso, os autores apresentam os lucros obtidos pelo médico durante a pandemia, sendo o montante de 500 milhões de reais.

No decorrer do artigo, os autores citam a desigualdade de amparo de classes sociais mais baixas durante o período pandêmico, onde a classe mais rica sempre terá acesso à saúde, enquanto os mais pobres enfrentam grandes dificuldades para garantir o mínimo de assistência pelo SUS. Segundo Marcelo e Roberto, “a população mais pobre irá em prol dos lucros de grandes empresários” (Herval e col.Moura, 2020) e que essa desigualdade perpassa desde a escravidão, provinda do racismo.

Dois outros textos chamam a atenção aspectos diversos a respeito da necropolítica. O primeiro deles intitulado de “A pandemia de Covid-19 na UTI”, do autor Everson Fernandes Pereira, o foco do estudo está voltado à taxa de ocupação de leitos da UTI na cidade de Porto Alegre devido à Covid-19 e em como a necropolítica está ligada à essa taxa. Everson apresenta boletins de ocupação das UTIs públicas e particulares da cidade, faz uma espécie de linha do tempo através dos dados fornecidos pela prefeitura de Porto Alegre e observa que a flexibilização das medidas protetivas influenciava diretamente nesses números. Além disso, o autor nota que nos bairros mais pobres e mais distantes do centro, a circulação de pessoas era significativamente alta, não sendo coincidência que nesses bairros também houvesse parcela significativa da população negra e pobre que fazia o uso de transporte público.

Everson finaliza sua análise afirmando que

As mortes por coronavírus são aquelas causadas diretamente pela infecção da Covid-19, enquanto as mortes causadas pela pandemia são todas aquelas que, além das causadas pelo coronavírus, resultam da falta de acesso aos serviços de saúde pela sobrecarga causada pelos casos de Covid-19, seja por infartos, acidentes ou outros problemas quaisquer. (PEREIRA, 2021)

Sandra Caponi concentra sua análise e seu estudo nos casos de morte devido à Covid-19 no estado de Santa Catarina. No artigo “Covid-19 em Santa Catarina: um triste experimento populacional”, Caponi afirma que as medidas protetivas no Brasil não foram e estariam longe de ser efetivas. Além disso, Sandra, assim como Marcelo e Roberto, cita a flexibilização do Estado como principal causa do aumento de mortos pela covid-19 na região. Para ela, essa flexibilização foi nada mais que um triste experimento populacional sobre a eficácia da quarentena. Ela explica que “as medidas foram rapidamente descartadas devido à pressão do presidente da República que sempre foi contra o fechamento do comércio, do distanciamento social e uso de máscaras” (CAPONI, 2021, p. 595). A ênfase no papel do Estado no aumento no número de mortes pela covid-19, para Sandra, pode ser demonstrada com a defesa da cloroquina e da ivermectina, apresentadas como formas de prever a contaminação do vírus pelo presidente, por inúmeros médicos e integrantes do Estado brasileiro. Sandra finaliza o seu texto afirmando que

A forma como a gestão da pandemia tem sido feita pelo presidente, por governadores e prefeitos, se assemelha à lógica da necropolítica, mais preocupada em administrar a morte do que a vida. Não é por acaso que cada uma das medidas

---

<sup>2</sup> Foucault, M. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 306.

implantadas, como circulação de transporte público, abertura de bares, academias, etc, deixou de responder as informações epidemiológicas e sanitárias para se transformar em uma permanente roda de negociação com a câmara de empresários locais, em lógica neoliberal que privilegia a economia sobre preservação de vidas.” (CAPONI, 2021)

Para inúmeros estudiosos das Ciências Sociais Brasileira as medidas adotadas pelo governo Jair Bolsonaro no Brasil no âmbito da política de Seguridade Social, particularmente na atenção à política de previdência social, saúde e assistência social, durante a pandemia da Covid-19 “escancararam” a necropolítica como orientação do Estado brasileiro, em que qualquer possibilidade de vida foi subjugada ao poder da morte.

As autoras Daniela Ribeiro Castilho e Esther Luíza de Souza Lemos, criticam a forma ultraneoliberal em que Jair Bolsonaro governa o país no artigo “Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira.” Segundo as autoras, a pandemia acontece de forma antidemocrática, onde as vítimas possuem classe, gênero e cor, e na verdade os donos do poder decidem quem vive e quem morre. O artigo é uma crítica feroz ao governo ultradireita de Jair Bolsonaro, e isso fica claro quando elas afirmam:

“No Brasil, a aceleração das políticas ultraconservadoras e ultraneoliberais encontraram, no governo de Jair Bolsonaro, um solo fértil para crescer e se alastrar sem medida. Os sucessivos cortes e privatização da saúde pública, na previdência e assistência social fazem a diferença nas ações do Estado para conter ou não a pandemia em terras brasileiras.” (RIBEIRO e col. LEMOS, 2021, p. 271)

Além disso, defendem que o governo brasileiro, durante a pandemia, escolheu a necropolítica como política oficial do Estado. Ou seja, o governo dita explicitamente quem deve morrer e quem deve viver, e ainda, quem é essencial para o Estado e quem é totalmente descartável. Para elas:

“(…) o governo Bolsonaro acaba por ratificar e aprovar suas necropráticas absolutamente discriminatórias, racistas e lgbtfóbicas que sempre estiveram presentes desde o Brasil colonial, mas que atualmente têm a anuência e aprovação de uma parte considerável da população que acaba sendo envolvida numa trama que tece a teia de sua morte, sem perceber que está sendo aniquilada.” (RIBEIRO e col. LEMOS, 2021, p. 272)

Diante dessa conjuntura, a literatura das Ciências Sociais que trabalham com o conceito de necropolítica nos auxilia a compreender a o papel do Estado como agente que bloqueia a resolução dos problemas estruturais dessa sociedade, e que afetam de maneira diferenciada os seus variados grupos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como podemos observar ao longo do artigo, o conceito da necropolítica foi utilizado de forma frequente pelas Ciências Sociais, principalmente, inserindo-o no contexto pandêmico vivenciado por todo o mundo.

Alguns autores apresentam críticas as ações do Estado brasileiro na emergência de saúde pública provocada pela Covid-19, analisando seus investimentos e políticas públicas. Além disso, observamos, também, como o conceito de necropolítica se articulou ao de racismo estrutural, permitindo compreender as condições de vulnerabilidades sociais das populações negras, que foram ainda mais agravados com o cenário instaurado pelo coronavírus, e como cada uma das instâncias do poder estatal brasileiro age para que elas sejam mais intensificadas. Nesse sentido, quando Mbembe (2016) discute a ingerência de Estados necropolíticos, como o Brasil, sobre a vida e morte da população, ele reitera que a raça tem um papel fundamental nesta necropolítica, pois ela é um



elemento de naturalização da morte do outro. Ou seja, a política da morte é institucional e legítima porque é amparada pelas instituições nacionais e pelas autoridades públicas. Portanto, este artigo analisou esse conceito de forma crítica, e mostrou que os seus usos pelas Ciências Sociais brasileiras refletem o contexto atual e que a necropolítica deve ser articulada às peles negras, uma vez que as ações do estado brasileiro voltadas para esses grupos sociais são marcadamente ações de morte..

## REFERÊNCIAS

CAPONI, Sandra. **Covid-19 em Santa Catarina: um triste experimento populacional.** Testemunhos Covid-19. Hist. cienc. saude. Manguinhos 28(2), 2021.

COSTA, Carolina. **Vozes de uma dor sem nome: necropolítica e maternidade no Brasil.** Resenha: BRITO, Máira de Deus. *Não, ele não está.* Curitiba: Appris, 2018. Revista Direito e Praxis. UERJ, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber;** tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

HERVAL, Marcelo; MOURA, Roberto. **Entre a biopolítica e o necropoder: o lucro durante a pandemia.** Segunda parte. Justificando, 2020.

LEMOES, Tiago (2017a). **De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de luta por direitos.** Tese de Doutorado em Antropologia Social, Programa de Pós- graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

LEMOES, Tiago. **Nos limites da humanidade: necropolítica, direitos humanos e ilegitimidade estatal no Brasil.** Revista Crítica de Ciências Sociais. 2020.

LIMA, F. **Vidas pretas, processos de subjetivação e sofrimento psíquico: Sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras.** In: Pereira, M. O., & Gouvea, R. (Orgs.) *Luta manicomial e feminismos: Discussões de gênero, raça e classe para reforma psiquiátrica brasileira* (pp. 70-85). Rio de Janeiro, RJ: Autografia.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Tradução: Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

\_\_\_\_\_. **Necropolítica. Bipoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PEREIRA, Everson. **A pandemia de COVID-19 na UTI.** Artigos. Horizontes Antropológicos. Scielo, 2021.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Daniela; LEMOS, Esther. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira.** Revista Katálysis, 2021.

RIBEIRO, Dillyane. **Rebelião das mães. Ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes.** Dossiê. Sex, Salude Soc. Rio de Janeiro, 2020.